

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAILA RENATA TEIXEIRA DORIA

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO CASAMENTO INFANTIL PARA AS
MULHERES: UMA APRECIÇÃO DA LITERATURA**

CURITIBA

2016

THAILA RENATA TEIXEIRA DORIA

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO CASAMENTO INFANTIL PARA AS
MULHERES: UMA APRECIÇÃO DA LITERATURA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

THAILA RENATA TEIXEIRA DORIA

O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO CASAMENTO INFANTIL PARA AS MULHERES: UMA APRECIÇÃO DA LITERATURA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães
 Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 12 de dezembro de 2016.

“Ending child marriage will help break the intergenerational cycle of poverty by allowing girls and women to participate more fully in society. Empowered and educated girls are better able to nourish and care for their children, leading to healthier, smaller families. When girls are allowed to be girls, everybody wins.”

(UNICEF, 2014)

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, os determinantes das desigualdades de gênero têm sido objeto de grande atenção dos organismos e governos internacionais (UNITED NATIONS, 2015). Dado essa crescente atenção pelos atores nacionais e globais, muitas políticas foram desenvolvidas, de tal forma que foram documentadas melhorias na igualdade entre os sexos e na situação das mulheres e meninas no mundo (UNITED NATIONS, 2015). Contudo, uma dimensão importante para a melhoria do bem-estar das mulheres e meninas e que ainda merece atenção dos formuladores de política é o casamento infantil, ainda bastante prevalente nos países pobres. Segundo as convenções internacionais, o casamento infantil refere-se a qualquer união, sendo ela formal ou informal, envolvendo um menino ou uma menina com idade inferior a 18 anos. O objetivo dessa monografia é analisar a literatura sobre o impacto econômico e social do casamento infantil sobre a vida das meninas nos seguintes aspectos: saúde e mortalidade, fecundidade, educação, força de trabalho, violência e empoderamento. Em síntese, a literatura revela que o casamento infantil impacta negativamente esses indicadores, o que reforça a necessidade de eliminação da prática, assegurando o direito das mulheres e meninas a uma vida econômica e social plena.

Palavras-chave: casamento infantil, impactos econômicos, políticas públicas.

ABSTRACT

Over the last few decades, international agencies and national governments (UNITED NATIONS, 2015) have become increasingly interested about the determinants of gender inequality. Given this increased attention by national and global actors, policies were implemented aimed at decreasing gender gaps, which resulted in improvements in this indicator (UNITED NATIONS, 2015). However, an important dimension for improving the well-being of women and girls, which is still a challenge for policymakers and very prevalent in poor countries, is child marriage. International conventions define child marriage as any union, whether formal or informal, involving a boy or girl under the age of 18. The goal of this study is to revise current literature on the economic and social impacts of child marriage on the economic and social life of girls, especially in regards to health and mortality, fertility, education, labor force participation, violence and empowerment. In sum, literature reveals that child marriage has a negative impact on these indicators, and this corroborates the urge to eliminate this phenomenon, which will ensure women's right to a full economic and social life.

Keywords: child marriage; economic impacts, public policy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – IMPACTO ECONÔMICO DO CASAMENTO INFANTIL.....	13
FIGURA 2 – SAÚDE E CASAMENTO INFANTIL.....	15
FIGURA 3 – FECUNDIDADE E CASAMENTO INFANTIL	17
FIGURA 4 – EDUCAÇÃO E CASAMENTO INFANTIL.....	20
FIGURA 5 – FORÇA DE TRABALHO E CASAMENTO INFANTIL	23
FIGURA 6 – VIOLÊNCIA E CASAMENTO INFANTIL.....	26
FIGURA 7 – EMPODERAMENTO E CASAMENTO INFANTIL	28

LISTA DE SIGLAS

CEDAW	- Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women
DHS	- Demographic and Health Surveys
HIV/AIDS	- Human immunodeficiency virus infection
ICRW	- International Center for Research on Women
IPV	- Intimate partner violence
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	- Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
UN	- United Nations
UNESCO	- United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization
UNFPA	- United Nations Population Fund
UNICEF	- United Nations Children's Fund
WHO	- World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	IMPACTO ECONÔMICO DO CASAMENTO INFANTIL	13
2.1	SAÚDE E MORTALIDADE.....	14
2.2	FECUNDIDADE	16
2.3	EDUCAÇÃO.....	18
2.4	FORÇA DE TRABALHO	21
2.5	VIOLÊNCIA.....	24
2.6	EMPODERAMENTO	27
3	SÍNTESE E CONCLUSÕES.....	29
4	RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas os direitos das mulheres e meninas têm sido objeto de grande atenção dos organismos internacionais. Em 1995, ao final da 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, foi redigida a *Declaração e Plataforma de Ação de Pequim*. Nessa declaração, os defensores da igualdade de gênero trouxeram à tona a falta de empoderamento e as múltiplas violações dos direitos humanos experimentados por mulheres e meninas. Além disso, ela reforçou a necessidade de elaboração de leis e políticas e a transformação das instituições formais e informais para possibilitar que as mulheres usufruam plenamente de seus direitos (UNITED NATIONS, 2014; UNITED NATIONS, 1995).

A partir de então, as evidências revelam que houve, de certa forma, uma melhoria na igualdade entre os sexos e na situação das mulheres e meninas no mundo. Por exemplo, na avaliação do cumprimento das metas previstas pelos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) (UNITED NATIONS, 2015), a UN revelou que, entre 1990 e 2015, houve: i. ganhos significativos na igualdade de acesso à educação primária entre meninos e meninas; ii. aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho; iii. notáveis avanços no acesso, pelas mulheres, a métodos contraceptivos; e iv. declínio de práticas nocivas como a mutilação genital feminina e o casamento infantil.

No entanto, é certo que ainda há muito que se avançar em cada uma dessas dimensões. Por exemplo, o aumento do nível de escolaridade e da participação das mulheres no mercado de trabalho não foram acompanhados por melhores condições de trabalho e perspectivas de igualdade salarial (UNITED NATIONS, 2015). Estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que, considerando-se o ritmo atual de progresso, levariam-se mais de 75 anos para que trabalhos com os mesmos requerimentos de qualificação entre homens e mulheres sejam remunerados de forma igualitária. Ainda, apesar do aumento do nível de escolaridade observado em quase todo o mundo, o hiato de gênero na escolarização permanece elevado em muitos países (UNITED NATIONS, 2015).

Uma dimensão importante para a melhoria do bem-estar das mulheres diz respeito à eliminação de práticas nocivas contra as meninas, como o casamento infantil. Tal relevância é corroborada pelo fato de que o mesmo é abordado entre os *Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável* (ODS) previstos pelas Nações

Unidas até 2030 (UNITED NATIONS, 2015). O casamento infantil é definido como qualquer união, sendo ela formal ou informal, envolvendo um menino ou menina com idade inferior à 18 anos. Esta definição baseia-se em vários tratados e acordos internacionais, incluindo: a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra Mulheres (UNITED NATIONS, 1979) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948).

Segundo a UNICEF, em 2013, mais de 700 milhões de mulheres se casaram antes dos 18 anos e cerca de 250 milhões se casaram antes dos 15 anos, uma em cada três (UNICEF, 2014). A evidência mostra que o casamento infantil é uma forma de discriminação com base no gênero e que seu impacto é predominantemente sobre meninas e mulheres. É certo que meninos são muitas vezes submetidos ao casamento precoce, mas as meninas são desproporcionalmente mais afetadas e formam a grande maioria das vítimas do casamento infantil. Estimativas existentes revelam que 33 milhões de homens, em 2013, se casaram antes dos 15 anos e 156 milhões antes dos 18 anos (UNICEF, 2014). Uma comparação entre a proporção de meninas e meninos entre 15 a 19 anos que se casaram em 2003, foi de 72 para 1 em Mali, de 8 para 1 nos EUA, e 6 para 1 em El Salvador (GIRLS NOT BRIDES, 2016).

O Brasil é o quarto país do mundo, em números absolutos, em casamento infantil, ficando atrás apenas da Índia, Bangladesh e Nigéria, em que 877 mil mulheres com idades entre 20 e 24 anos se casaram antes dos 15 anos (UNICEF, 2013) e cerca de 3 milhões de mulheres com idades entre 20 e 24 anos se casaram antes dos 18 anos (UNICEF, 2013)¹. No Brasil, de acordo com o Código Civil, Capítulo II, a idade legal para casamento é de 18 anos para homens e mulheres. Contudo, com o consentimento de ambos os pais ou responsáveis legais, homens e mulheres podem se casar aos 16 anos. No artigo 1.520 do Capítulo II, existe uma exceção que permite o casamento entre menores de 16 anos, sem o consentimento dos pais, no caso de uma gravidez.

¹ Seção de Estatística e Monitoramento, Divisão de Políticas e Práticas, UNICEF (2013), classificados em Vogelstein, 2013. Classificação baseada na população feminina de 20 a 24 anos (2011); Porcentagens na faixa etária de 20 a 24 anos do PNDS, 2006, página 161, Tabela 2: "Idade na primeira união".

Tendo em vista a centralidade do tema, esse estudo tem o objetivo de realizar uma análise da literatura acerca do impacto econômico e social do casamento infantil, em especial, o impacto para as meninas que se casam cedo, que são a maioria afetada por esse fenômeno. Esse estudo apresenta grande relevância para as políticas públicas e para o desenvolvimento econômico. O casamento infantil nega às mulheres e meninas a oportunidade de desenvolverem plenamente seu potencial de cidadãs saudáveis, produtivas e capacitadas (UNFPA, 2012). O casamento infantil rouba o direito à infância dessas meninas e as consolida juntamente com suas futuras famílias em situação de pobreza, limitando suas escolhas de vida e gerando altos custos de desenvolvimento para as comunidades (UNICEF, 2014; UNFPA, 2012). Dessa maneira, o fim do casamento infantil é uma das ferramentas para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, permitindo que meninas e mulheres participem mais plenamente da sociedade. Meninas mais escolarizadas são mais capazes de nutrir e educar seus filhos, consequentemente, suas famílias serão menores e mais saudáveis.

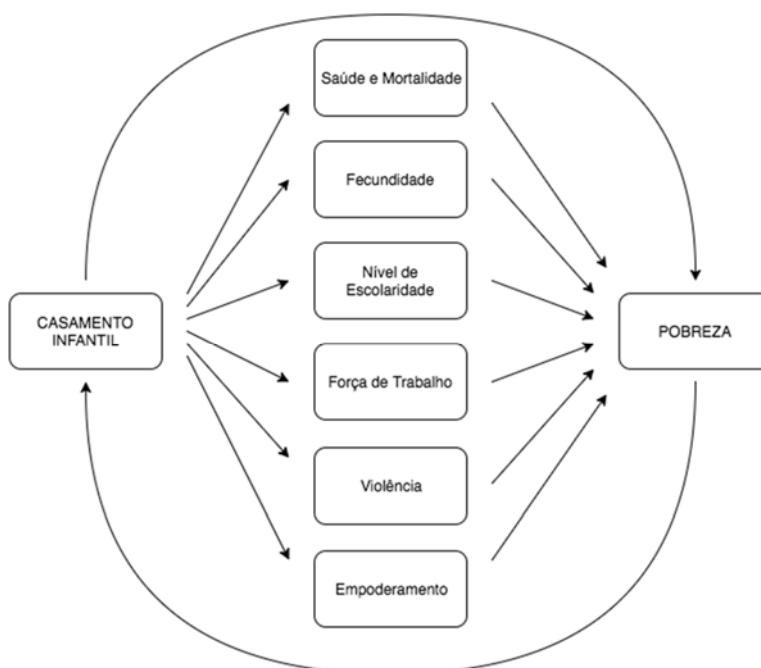
Essa monografia está organizada da seguinte forma. Além da introdução, esse estudo contém mais três capítulos. No capítulo dois, apresenta-se a literatura sobre os impactos econômicos do casamento infantil, divididos em seis seções: saúde e mortalidade; fecundidade; educação; força de trabalho; violência; e empoderamento. No terceiro capítulo, apresento uma síntese da literatura e as conclusões desse estudo e, no quarto capítulo, apresento recomendações para as políticas públicas com base nas evidências dessa monografia.

2 IMPACTO ECONÔMICO DO CASAMENTO INFANTIL

Esse capítulo tem como objetivo explorar os argumentos econômicos contra o casamento infantil em termos das suas implicações para o desenvolvimento.

Identificou-se na literatura seis vias através das quais a prática do casamento infantil afeta a economia: i. saúde e mortalidade; ii. fecundidade; iii. nível de escolaridade; iv. força de trabalho; v. violência; e vi. empoderamento. Cada via de impacto pode ter efeitos que se reforçam mutuamente e em conjunto, contribuem para a pobreza extrema (UNICEF, 2014; Q. WODON et al., 2015). A Figura 1 apresenta o arcabouço conceitual que mapeia essas relações, e que serão exploradas nas seções subsequentes.

FIGURA 1 – IMPACTO ECONÔMICO DO CASAMENTO INFANTIL



FONTE: Elaboração própria

2.1 SAÚDE E MORTALIDADE

A literatura documenta que meninas que se casam cedo apresentam pior estado de saúde. Em relação à saúde mental, num estudo para os Estados Unidos com dados de 2001 a 2002, Lestrat et. al. (2011) mostraram que as meninas que se casaram cedo tinham maiores níveis de depressão, ansiedade, isolamento, automutilação e suicídio do que as que se casaram mais tarde. Outros estudos corroboram essa evidência, Parsons et al. (2015), com base numa ampla revisão de literatura, mostrou que existe uma correlação entre o casamento e problemas de saúde mental.

Outro aspecto importante da saúde das meninas que está correlacionado de forma negativa com o casamento infantil é o estado nutricional. Para Parsons et al. (2015), a relação entre nutrição e casamento infantil pode estar associada à pobreza dentro do domicílio ou às normas de gênero locais que desfavorecem as mesmas (NOUR, 2009; CARBONE, KRUTTSCHNITT, MACMILLAN, 2006). Ademais, os efeitos da desnutrição podem ser intergeracionais: crianças nascidas de mães adolescentes são mais propensas a ter baixo peso ao nascer, consequência do estado nutricional das mães (WACHS, 2008; NOUR, 2009), e, dessa maneira, tanto as mães quanto as crianças desnutridas serão, em geral, menos produtivas ao longo da sua vida, perpetuando o ciclo vicioso da pobreza (PARSONS et al., 2015; CHAABAN, CUNNINGHAM, 2011).

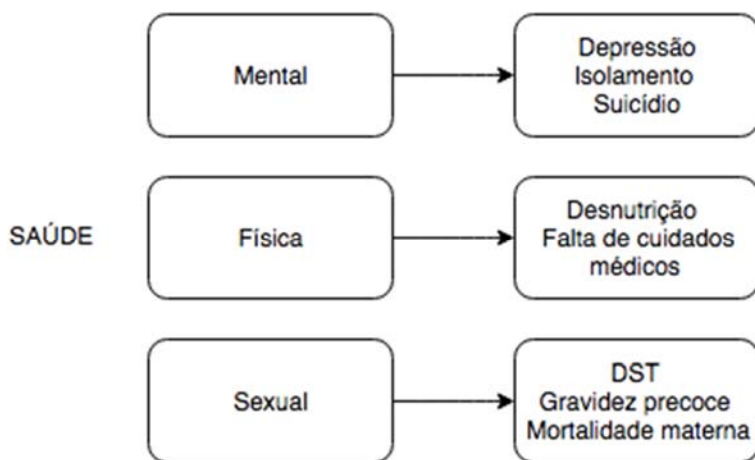
Além disso, na medida em que as meninas esposas são incapazes de negociar o sexo seguro com seu marido, a literatura mostra que o casamento infantil está associado com saúde sexual e reprodutiva precárias. Dessa maneira, documenta-se que meninas que se casam cedo apresentam: i. maior risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o HIV (UNFPA, 2013; WALKER et al., 2013); ii. maior risco de gravidez precoce e, conseqüentemente, maior risco de complicações durante a gestação e parto devido ao fato de serem fisicamente imaturas e da falta de cuidados médicos adequados (XU et al., 2003, UNICEF, 2014); iii. maior taxa de mortalidade entre seus filhos ou de terem filhos desnutridos (ONAGORUWA, WODON, 2015).

Um reflexo direto da baixa condição de saúde das meninas que se casam cedo é o aumento do risco de óbito, especialmente associado com a concepção. Complicações na gravidez e no parto são a segunda principal causa de morte de

meninas com idades entre 15 e 19 anos a nível mundial (UNFPA, 2013). A taxa de mortalidade materna para meninas entre 15 e 19 anos, é 28% mais elevada do que para as meninas de 20 a 24 anos, todo ano, cerca de 70.000 meninas morrem por complicações decorrentes da gravidez e parto (WHO, 2014; OMS, 2014; UNFPA, 2013). A gravidez precoce representa um grande risco para a mãe e bebê, o corpo de uma menina não é totalmente maduro para receber uma gestação (WODON et al., 2015; UNICEF, 2014). As meninas que dão à luz, menores de 18 anos, são de 35% a 55% mais propensas a terem bebês prematuros ou com baixo peso ao nascer (NOUR, 2009; UNFPA, 2012; WACHS, 2008). Filhos de mães ainda crianças experimentam taxas mais elevadas de mortalidade infantil e são mais propensos a terem saúde física debilitada (NOUR, 2009; WODON, 2015).

A Figura 2 sintetiza os canais pelos quais o casamento infantil afeta a saúde e a mortalidade:

FIGURA 2 – SAÚDE E CASAMENTO INFANTIL



FONTE: Elaboração própria

2.2 FECUNDIDADE

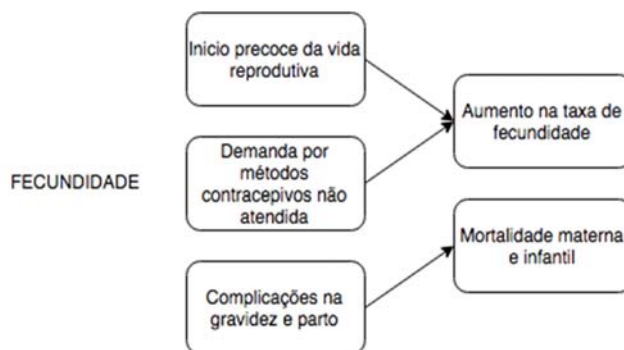
Um dos efeitos adversos do casamento infantil é o aumento da fecundidade. Quase 16 milhões de adolescentes com idades entre 15 e 19 anos, nos países em desenvolvimento, dão à luz todos os anos, nove em cada dez casos, a mãe já é casada (UNFPA, 2012). Segundo a *United Nations Population Fund* (UNFPA, 2012), meninas de 15 a 19 anos não só usam métodos contraceptivos em menor quantidade, mas também sua demanda por contraceptivos não é atendida, países como Serra Leoa, onde 10% das meninas, com idade entre 15 e 19 anos, se casaram antes dos 15 anos, apenas 5% têm sua demanda de contraceptivos atendida, ou seja, 95% das meninas que gostariam de usar métodos contraceptivos, não estão usando. Para o Níger, onde quase 28% das meninas se casam antes dos 15 anos, apenas 28% têm sua demanda por contraceptivos atendida. Estes cenários são uma fonte de preocupação, pois, todas as mulheres e meninas que desejam usar contraceptivos deveriam ter sua demanda atendida (UNFPA, 2012).

Considerando-se que existe uma relação negativa entre fecundidade e desenvolvimento (MUKESH, 2006), é desejável, do ponto de vista das políticas públicas, que as mulheres possam exercer seus direitos reprodutivos de forma plena e consciente (Prata et. al., 2010; UNFPA, 2013; WALKER et. Al., 2013). Ao casar-se cedo, as meninas têm maior exposição ao risco de ficarem grávidas. Portanto, o casamento precoce está associado a uma fecundidade elevada ao longo de suas vidas, bem como a pequenos intervalos entre os nascimentos, os quais geram impactos sobre a saúde da mãe e do bebê (UNFPA, 2012; UNICEF, 2014; PARSONS, MCCLEARY-SILLS, 2014). Na Nigéria, por exemplo, observou-se que as meninas que se casam cedo tendem a ter, em média, 1,4 filhos a mais durante sua vida do que as meninas que se casam após os 18 anos (ONAGORUWA, WODON, 2015). Ainda para a Nigéria, estima-se que a eliminação do casamento infantil resultaria em uma redução da taxa de fecundidade total em cerca de 10%, segundo a pesquisa DHS em 2013 (WODON et al., 2015). Finalmente, para o Níger, estimou-se que as taxas anuais de crescimento populacional poderiam ser reduzidas em um terço ou mais por ano se o casamento infantil for eliminado (DAVIDSON, WODON, 2015). Essa redução na taxa de crescimento populacional resultaria em ganhos econômicos para as famílias, especialmente para as mais pobres (WODON et. Al., 2015).

Meninas que engravidam precocemente também são menos propensas a receber cuidados médicos adequados durante a gravidez e parto (CEDAW, 2014; UNICEF, 2014; VOGELSTEIN, 2013; SANTHYA, HABERLAND, SINGH, 2006). Em Uganda, por exemplo, o casamento infantil foi associado a um aumento de abortos induzidos em 2007 (KAYE et al., 2007).

A Figura 3 sintetiza os mecanismos pelos quais o casamento infantil afeta a fecundidade:

FIGURA 3 – FECUNDIDADE E CASAMENTO INFANTIL



FONTE: Elaboração própria

2.3 EDUCAÇÃO

Do ponto de vista teórico, o casamento infantil tem impacto negativo sobre as oportunidades educacionais das meninas, e suas consequências econômicas podem ser diretas ou indiretas. De forma direta, privar uma menina das oportunidades de aprendizado limita suas perspectivas de emprego e sua capacidade de adquirir habilidades úteis (KHANNA, VERMA, WEISS, 2013) ou formação profissional (UNESCO, 2012), inevitavelmente afetando seus ganhos econômicos ao longo da vida.

De forma indireta, a redução na escolaridade associada ao casamento infantil torna mais difícil o acesso da menina às informações sobre saúde e bem-estar para si e seus filhos (ABU-GHAIDA, KLASSEN, 2004; SEMBA et al., 2008), além do acesso limitado a conhecimentos sobre saúde reprodutiva, tornando-as mais vulneráveis a DSTs, HIV e outros fatores de risco (PFEIFFER, GLOYD, LI, 2001; SMITH, HADDAD, 2015, BOYLE et al., 2006). Além das consequências para a saúde, as filhas de mães escolarizadas são mais propensas a serem escolarizadas e são menos propensas a experimentarem o casamento infantil do que aquelas cujas mães não são escolarizadas, assim, a educação contribui para quebrar o ciclo que perpetua o casamento infantil (GLINSKI, MAGNOLIA, LIS, 2015; CHAUDHURI, 2015). Além disso, para muitas meninas, a escola não é apenas uma fonte de educação formal e informal, mas também um espaço para que elas desenvolvam suas habilidades sociais e construam sistemas de apoio, desenvolvendo sua mobilidade e envolvimento nos assuntos e atividades da comunidade, as meninas que se casam, são frequentemente removidas destas redes de apoio, ficando isoladas no ambiente conjugal (UNICEF, 2014; PARSONS et al., 2015). Portanto, o casamento infantil, mediante a evasão escolar, diminui a capacidade de envolvimento das mesmas em debates comunitários e de envolvimento no meio político (KLUGMAN et al., 2014).

Do ponto de vista empírico, identificar o efeito do casamento infantil sobre os resultados educacionais não é uma tarefa trivial devido à questão da causalidade: as meninas se casam mais cedo porque não estão na escola ou não estão na escola porque casaram mais cedo? De acordo com a UNESCO, estima-se que 75 milhões de meninas em idade de ensino secundário, estavam fora da escola ou matriculadas

na escola primária em 2007², a maioria dessas meninas vivem no Sul e Oeste da Ásia (28 milhões) e África subsaariana (21 milhões) (UNESCO, UIS, 2010). E essas regiões do mundo são justamente aquelas nas quais a prevalência do casamento infantil é bastante elevada, de acordo com a UNICEF (2014), as maiores taxas de casamento infantil, a nível global, são encontrados no Sul da Ásia e África Subsaariana, onde a porcentagem de mulheres de 20 a 49 anos que se casaram antes de completarem 18 anos é respectivamente, 56% e 46%.³ Dessa maneira, exploram-se os dois lados da causalidade abordados nas pesquisas: o casamento impactando indicadores educacionais, e a escolarização impactando o casamento infantil.

Em termos do impacto da educação sobre o casamento infantil, o *Internacional Center for Research on Women* (ICWR) revelou que meninas com níveis mais elevados de escolaridade são menos propensas a se casarem ainda crianças. Em Moçambique, cerca de 60% das meninas sem escolaridade se casaram antes dos 18 anos, esse número cai para 10% para as meninas com ensino secundário e menos de 1% para meninas com ensino superior (ICRW, 2016). Os governos têm implementado incentivos para manter as meninas na escola, por exemplo, oferecendo subsídios, bolsas de estudo, ou incentivos diretos em dinheiro para as famílias (UNFPA, 2012). O programa de transferência de renda condicional em Zomba, no Malawi, adota essa abordagem. Em um estudo com base em dados do programa, de 2007 a 2009, verificou que depois de apenas um ano, a probabilidade das meninas atingidas pelo programa se casarem, era 40% menor do que as meninas do grupo controle (MALHOTRA et. al., 2011).

Em relação ao impacto do casamento infantil sobre os resultados educacionais, a evidência é de um efeito negativo. Alguns estudos revelam, com base em respostas de pais e professores em pesquisas domiciliares sobre as razões da evasão escolar das meninas, que o casamento infantil é um dos fatores explicativos da evasão. Por exemplo, mostra-se que entre 15% a 30% do abandono escolar em alguns países da África são devidas ao casamento infantil, sendo que

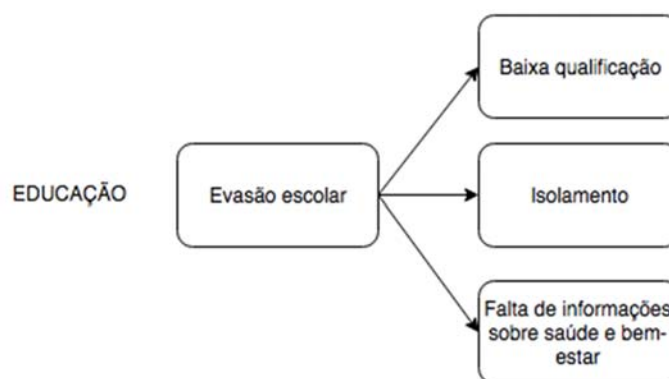
² Ranging from 10 to 16 years of age.

³ As estimativas são baseadas em um subconjunto de países cobrindo cerca de 50 por cento da população global de mulheres com idade entre 20 a 49 anos. estimativas regionais representam dados que cubram pelo menos 50 por cento da população. A cobertura dos dados é abaixo de 50 por cento para o Leste Asiático e na região do Pacífico, devido à falta de dados comparáveis sobre o casamento infantil para a China em UNICEF bases de dados globais.

esse percentual pode ser ainda mais elevado em outros países (LLOYD, MENSCH, 2008; WODON et al., 2015). Um estudo constatou que para a África, cada ano adicional de atraso na idade do casamento, aumenta a probabilidade de alfabetização em 5,6% e a escolaridade em 0,22 anos (FIELD, AMBRUS, 2008). Ambrus (2008), Nguyen e Wodon (2015) sugerem que, na África subsaariana, cada ano adicional no casamento infantil pode refletir em uma diminuição de 4% a 6% na probabilidade de conclusão do ensino secundário para meninas. Os autores sugerem ainda que na América Latina e Caribe e no Sul da Ásia esse o impacto tende a ser mais elevado, em parte porque o próprio nível de escolaridade que as meninas poderiam atingir seria maior, caso não fossem casadas.

A Figura 4 sintetiza os mecanismos pelos quais o casamento infantil afeta a educação:

FIGURA 4 – EDUCAÇÃO E CASAMENTO INFANTIL



FONTE: Elaboração própria

2.4 FORÇA DE TRABALHO

Os estudos econômicos evidenciam que o casamento infantil influencia de forma negativa a participação feminina no mercado de trabalho. As consequências desse fenômeno são diversas: a falta de engajamento no mercado de trabalho pode aumentar a pobreza das famílias, aumentar a vulnerabilidade aos choques econômicos, reduzir a diversificação da renda, e incentivar as decisões de alocação de recurso de curto prazo á custa de investimentos de longo prazo em capital físico e humano (CHAABAN, CUNNINGHAM, 2011; ELBORGH et al., 2013; SMITH, HADDAD, 2015; PARSONS et al., 2015). Ademais, essa vulnerabilidade pode ter impactos intergeracionais, implicações de longo prazo não só para as mulheres e suas famílias, mas também no nível agregado, pode reduzir significativamente o crescimento econômico em comunidades e sociedades (CHAABAN, CUNNINGHAM, 2011; ELBORGH et al., 2013; SMITH, HADDAD, 2015). Colocar as mulheres no mercado de trabalho formal não só aumenta a sua renda, mas pode ter efeito cascata sobre o desenvolvimento econômico, estudos mostram que quando as mulheres têm poder sobre a tomada de decisão de como os recursos da família serão gastos, elas tendem a investir mais em sua família em comparação aos homens (IFPRI, 2003). Como as mulheres são mais propensas a investir na saúde, segurança alimentar e educação dos seus filhos, colocando o dinheiro do domicílio nas mãos das mulheres, estimularia o desenvolvimento de mão de obra mais qualificada e saudável, promovendo o desenvolvimento econômico (UNFPA, 2012).

No que se refere à relação negativa entre casamento infantil e participação na força de trabalho, identifica-se que ela pode ocorrer devido a quatro fatores: i. baixos níveis de habilidades e escolaridade (GROWN et al., 2005); ii. trabalho doméstico não-remunerado, decorrente da fecundidade elevada (KLASEN, PIETERS, 2012); iii. normas de gênero, as quais, ao promover o isolamento das garotas, impedem sua participação na vida econômica (DUFLO, 2011); e iv. baixos níveis de saúde, em geral associados à concepção, que reduzem sua produtividade esperada (KOBILINSKY et al 2012; UNFPA, 2014).

Quanto ao primeiro fator, na medida em que o ensino secundário e superior estão fortemente associados com a participação na força de trabalho (CAMERON, DOWLING, WORSWICK, 2001; MAMMEN, PAXSON, 2000), mas a maioria das meninas que se casam cedo não chegam a esses níveis (PARSONS et al., 2015),

então prediz-se que sua participação no mercado de trabalho será negativamente afetada. Com a escolaridade reduzida, as habilidades exigidas para o trabalho formal são afetadas, reduzindo ainda mais a participação no mercado de trabalho (GROWN et. al., 2005).

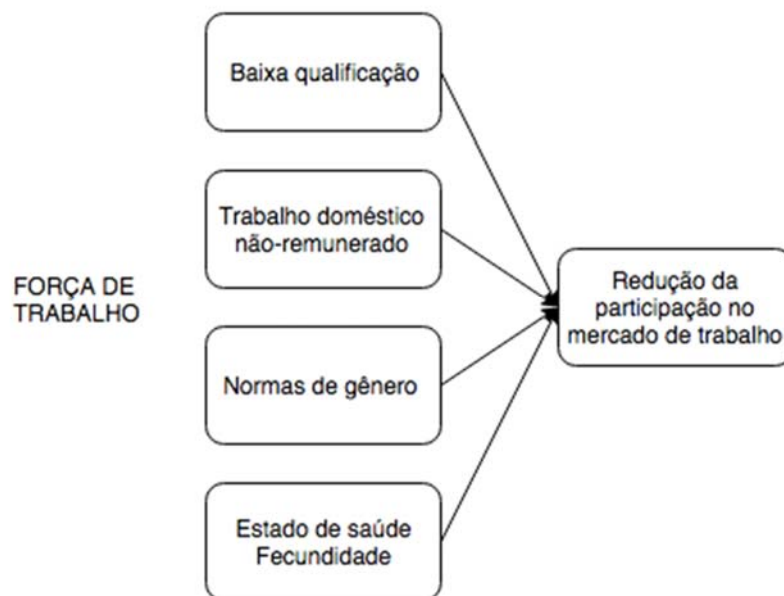
Em relação ao segundo fator, ao se casarem precocemente, as meninas são conduzidas ao trabalho doméstico não-remunerado. Devido ao papel, que geralmente, meninas que se casam cedo assumem, sendo as principais responsáveis pelo cuidado e educação dos seus filhos, além de serem responsáveis pelos serviços domésticos, gerando efeitos negativos sobre as decisões de participação na força de trabalho (PRATA et al., 2010; KLASSEN, PIETERS, 2012). Essas barreiras são particularmente sentidas durante as fases iniciais do casamento e formação da família (PARSONS et al., 2015).

Além disso, as normas de gênero que normalmente acompanham o casamento infantil, diminuem o custo de oportunidade de não trabalhar, reduzindo ainda mais a probabilidade da participação no mercado de trabalho. Como meninas casadas são muitas vezes isoladas socialmente, faltam oportunidades de acesso à redes de apoio, novos conhecimentos e habilidades (DUFLO, 2011). O isolamento e a falta de mobilidade pode impedi-las de acessar mercados e oportunidades de trabalho formais (UNFPA, UNICEF, 2010).

Ainda relacionado com a fecundidade, através dos impactos adversos à saúde devido a gravidez precoce e frequente, que geram maiores riscos de complicações e mortalidade (PRATA et al., 2010), mulheres que sobrevivem a complicações graves quando dão à luz, muitas vezes exigem um longo período de recuperação física e psicológica, sofrendo consequências sociais e econômicas incluindo a saída do mercado de trabalho (KOBILINSKY et al 2012; UNFPA, 2014).

A Figura 5 sintetiza os mecanismos pelos quais o casamento infantil afeta a força de trabalho:

FIGURA 5 – FORÇA DE TRABALHO E CASAMENTO INFANTIL



FONTE: Elaboração própria

2.5 VIOLÊNCIA

Estudos revelam que episódios de violência familiar são comuns entre meninas que se casam cedo (WODON et al., 2015; UNFPA, 2012; PARSONS et al., 2015). Mesmo que alguns pais acreditem que o casamento precoce irá proteger suas filhas contra a violência e assédio sexual, o inverso acontece frequentemente, na realidade, essa proteção contra a violência não é garantida, a violência física e sexual é frequentemente praticada pelo parceiro, uma vez que o casamento ocorreu (PLAN UK, 2011; CLARK, BRUCE, DUDE, 2006; UNFPA, 2012; PARSONS et al., 2015). Estudos da UN revelam que as meninas que se casam antes dos 18 anos sofrem maior risco de sofrer violência doméstica do que aquelas que se casam com mais de 18 anos. Isto acontece, geralmente, quando a diferença de idade entre a menina e o cônjuge é demasiada grande (UNICEF, 2014).

Um estudo conduzido pela ICRW em dois estados da Índia em 2008, constatou que as meninas que se casaram antes dos 18 anos apresentaram probabilidade duas vezes maior de relatar uma agressão, seja ela violência física ou ameaças praticadas por seus parceiros, do que meninas que se casam mais tarde (KANESATHASAN et. al., 2008)⁴. Essas meninas muitas vezes mostram sinais de abuso sexual e estresse pós-traumático, tais como sentimentos de desesperança, desamparo e depressão grave (KANESATHASAN ET AL., 2008; PARSONS et al., 2015). Dados oficiais sobre práticas nocivas às meninas no Afeganistão, mostram que 2.400 mulheres cometem autoimolação por ano, sendo o casamento precoce e a violência sexual e doméstica identificados como causas-chave (KHANNA et al., 2013).

A própria união pode ser considerada uma forma da violência contra meninas (AMIN, 2014; SOLOTAROFF, PANDE, 2014). As normas de gênero que desvalorizam meninas e mulheres, incentivam a prática do casamento infantil e podem também promover a aceitação da violência (UNFPA, 2012). As meninas sofrem violência emocional e isolamento em suas casas, desencadeando problemas psicológicos (LE STRAT, DUBERTRET, LE FOLL, 2011; NOUR, 2009), como são,

⁴ Iniciativa de Desenvolvimento de Apoio adolescentes saudáveis (DISHA) em os estados indianos de Bihar e Jharkhand. programa integrado de DISHA foi conduzido em 176 aldeias ao longo de um período de dois anos, de 2005 a 2007.

muitas vezes, dependentes de seus maridos e sogros, eles são incapazes de denunciar estes atos de violência (UNICEF, 2014).

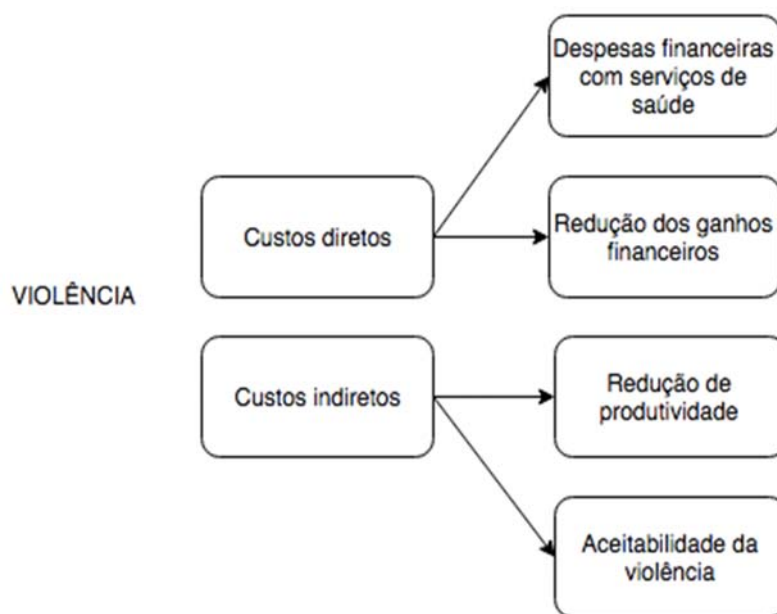
Os impactos econômicos e custos resultantes da violência contra meninas são refletidos na redução de lucro e produtividade, alterando o investimento familiar, e aumentando de custos *out of pocket* com saúde (PARSONS et al., 2015). Além dos efeitos sobre as meninas, os efeitos da violência podem ser sentidos nas próximas gerações, com impactos negativos sobre a saúde e o bem-estar das crianças e reforçando a aceitabilidade de violência. (CAMPBELL, 2002; LAMB, PETERSON, 2012; OMS, 2012).

Os efeitos da exposição à violência para as crianças são imediatos e de longo prazo, a violência no lar afeta a frequência e o desempenho escolar, bem como a saúde física (DUVVURY et al., 2013; UNICEF, 2014). Crianças que testemunham o abuso são mais propensas a perpetuar o ciclo da violência em suas casas, os meninos ficam duas vezes mais propensos a perpetuar a IPV e a probabilidade das meninas vivenciarem IPV em suas vidas dobra (KISHOR, JOHNSON, 2004).

Uma pesquisa procurou estimar o custo da violência doméstica (BOTT et al., 2005; CDC, 2003; DUVVURY et al., 2004; MORRISON, ORLANDO, 2004; RICE et al., 1989; SNOW et al., 2006) e mostra que existem custos diretos, representados pelas despesas financeiras reais relacionadas com a violência baseada no gênero, incluindo o uso de serviços de saúde, serviços judiciais e sociais. Esse mesmo estudo também examina os custos indiretos, estimando o tamanho da perda de produtividade a partir do trabalho remunerado e não remunerado, bem como a valor do salário perdido ao longo da vida (PARSONS et al., 2015).

A Figura 6 sintetiza os mecanismos pelos quais o casamento infantil afeta a violência:

FIGURA 6 – VIOLÊNCIA E CASAMENTO INFANTIL



FONTE: Elaboração própria

2.6 EMPODERAMENTO

As meninas que se casam precocemente, muitas vezes têm pouca agência sobre as decisões em suas vidas. Esta voz limitada muitas vezes se traduz na falta de participação nas tomadas de decisões políticas em suas comunidades (VOGELSTEIN, 2013; MALHOTRA et al., 2011; KLUGMAN et al., 2014; PLAN UK, 2011). Uma crescente linha de pesquisa tem documentado que as mulheres com maior participação nas tomadas de decisões políticas, aumentam a probabilidade de investimento em serviços sociais, como infraestrutura, educação e saúde (CHATTOPADHYAY, DUFLO, 2003; BEAMAN, DUFLO, PANDE, TOPALOVA, 2012; RAMASWAMI, MACKIEWICZ, 2009).

Intimamente relacionada à falta de voz e agência, e enraizada na desigualdade de gênero, a alienação da participação em tomadas de decisões sobre os problemas em suas próprias vidas, bem como aqueles que enfrentam no agregado familiar, ou na comunidade, meninas que se casam precocemente, muitas vezes sofrem múltiplas vulnerabilidades, como pobreza e pouca escolarização, esses fatores afetam os recursos que elas poderiam gerar para o agregado familiar, reduzindo ainda mais a sua capacidade de tomada de decisão (KLUGMAN et al., 2014; BECKER, SCHENCK, 2006; BLUMBERG et al., 1995; HADDAD, HODDINOTT, ALDERMAN, 1997; JAIN, KURZ, 2007; WORLD BANK, 2012; MALHOTRA et al., 2011; Plan UK, 2011; VOGELSTEIN, 2013).

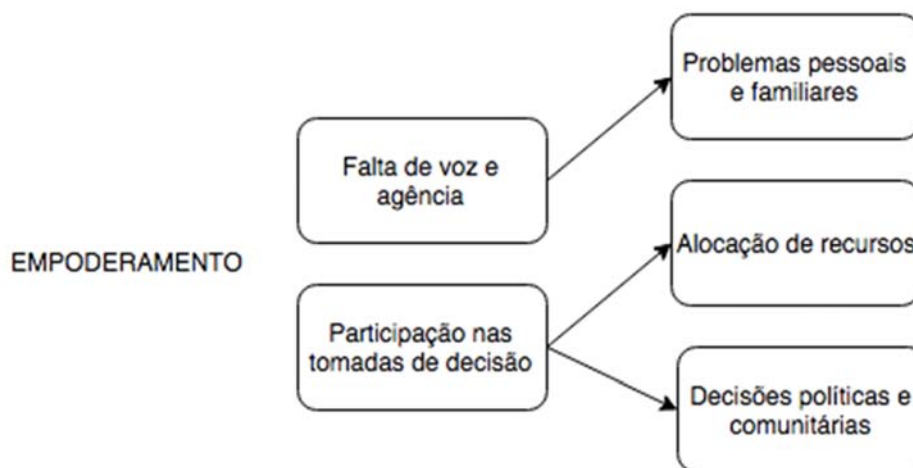
Onde as mulheres têm poder de decisão e suas prioridades são refletidas na forma como os recursos domésticos são alocados, gastos domésticos em áreas chave tais como educação e saúde tendem a ser maiores (IFPRI, 2003). Da mesma forma, estudos descobriram que aumentos na renda de uma mulher ou de acesso ao crédito, aumentam os gastos do agregado familiar com alimentação, saúde, e escolaridade dos filhos (BACKIN, WODON, 2010; Bussolo et al, 2011; HODDINOTT, HADDAD, 1995).

A evidência mostra que meninas que se casaram antes dos 18 anos estão em ligeira desvantagem em relação àquelas que se casaram mais tarde, em muitos aspectos da tomada de decisão, mas as diferenças entre os dois grupos tendem a ser pequenas, particularmente porque o casamento infantil normalmente ocorre em contextos onde as meninas e mulheres já estão desempoderadas. De fato, dentre outros fatores que podem afetar a agência, o casamento infantil muitas vezes pode

não ter impacto direto significativo, dado que nesses casos, o hiato de gênero prevalece (WODON et al., 2015).

A Figura 7 sintetiza os mecanismos pelos quais o casamento infantil afeta o empoderamento:

FIGURA 7 – EMPODERAMENTO E CASAMENTO INFANTIL



FONTE: Elaboração própria

Como conclusão desse capítulo, fica claro que a pobreza e o casamento infantil estão intimamente ligados, ao reduzir a escolaridade, aumentar a fecundidade e limitar as oportunidades de emprego e participação em tomadas de decisão das meninas, o casamento infantil contribui para a armadilha intergeracional da pobreza (GLINSKI et. al., 2015; CHAUDHURI, 2015; PARSONS, MCCLEARY-SILLS, 2014).

3 SÍNTESE E CONCLUSÕES

Embora muitos avanços socioeconômicos tenham ocorrido no mundo desenvolvido e em desenvolvimento nas décadas recentes, prevalecem nas sociedades alguns traços perversos, como, por exemplo, o casamento infantil. Essa monografia trouxe uma síntese da literatura econômica sobre os impactos do casamento infantil em vários indicadores de desenvolvimento: saúde e mortalidade, fecundidade, educação, força de trabalho, violência e empoderamento. De uma maneira geral, a literatura sugere fortemente que o casamento infantil impacta negativamente esses indicadores, o que reforça a necessidade de eliminação da prática, assegurando o direito das mulheres e meninas.

Contudo, não se pode desprezar o fato de que houve avanços no mundo no combate ao casamento infantil, decorrente de: i. novos compromissos globais e regionais; ii. fortalecimento de leis e comprometimento dos governos; iii. novos programas; e iv. consenso sobre o que precisa ser feito para eliminar a prática (GIRLS NOT BRIDES, 2016).

Em relação aos novos compromissos globais e regionais, um avanço significativo no combate à prática, foi a inclusão da meta para a redução do casamento infantil dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da UN.⁵ O conselho mobilizou os chefes de estado e reforçou o quadro normativo global. Ademais, órgãos regionais e não governamentais como a União Africana e a Associação sul Asiática para Cooperação Regional, desenvolveram planos de ação para acabar com o casamento infantil (AFRICAN UNION, 2015; UNFPA, 2016).

Além disso, verificou-se recentemente o fortalecimento de leis e comprometimento dos governos em relação à erradicação do casamento infantil. Nos últimos cinco anos houve mobilização de alguns países para o desenvolvimento de políticas regionais e estratégias que envolvem as diferentes dimensões envolvidas no casamento infantil, conforme elencadas nesse estudo, sendo que oito países já desenvolveram tais estratégias (Burkina Faso, Chade, Egito, Etiópia, Moçambique, Nepal, Uganda e Zâmbia) e outros sete estão em processo de

⁵ Target 5.3. Eliminate all harmful practices, such as child, early and forced marriage and female genital mutilation under Goal 5: Gender Equality.

desenvolvimento (Bangladesh, Gana, Quênia, Madagascar, Nigéria, Sudão e Zimbábue). Além disso, a crescente mobilização internacional e regional sobre o tema, ajudou a difundir essa estratégia (GIRLS NOT BRIDES, 2016).

Outro avanço identificado foi o crescimento significativo de programas relacionados ao casamento infantil, ações realizadas por ONGs internacionais, organizações comunitárias entre outras. A UNICEF em conjunto com a UNFPA, em março de 2016, lançaram um programa para acelerar ações de combate ao casamento infantil, o *Global Programme to Accelerate Action to End Child Marriage*, o programa tem o objetivo de atingir mais de 2,5 milhões de meninas. O programa concentrará esforços em 12 países em regiões com alto índice de casamento infantil: o Sul da Ásia (Bangladesh, Índia e Nepal); o Oriente Médio (Iêmen); o oeste e o centro da África (Burkina Faso, Gana, Níger e Serra Leoa) e; a África Oriental e Austral (Etiópia, Moçambique, Uganda e Zâmbia). O programa tem como objetivo empoderar meninas e abordar o casamento infantil de uma forma multi setorial, envolvendo setores chave como de proteção à criança, da educação, da saúde, da justiça e da proteção social (UNFPA, UNICEF, 2016).

Apesar desse avanço observado no mundo, há muito o que se fazer para que o casamento infantil seja eliminado. Assim, fica o questionamento: quais são as políticas públicas e intervenções que podem levar à definitiva erradicação do casamento infantil? A UNICEF (2016) mapeou cinco ações que podem acelerar as mudanças necessárias para acabar com a prática, como: i. aumentar a agência e os recursos direcionados às meninas solteiras e casadas; ii. reforçar o respaldo jurídico e as políticas de desenvolvimento que protejam os direitos das meninas; iii. aumentar a geração e o uso de evidências empíricas robustas para apoiar, aprender e rastrear progressos; iv. melhorar sistemas e serviços que atendam às necessidades das meninas em risco ou afetadas pelo casamento infantil; v. aumentar a ação social, aceitação e visibilidade a respeito do investimento e apoio em meninas, mudando as expectativas sociais em relação as mulheres, inclusive envolvendo meninos e homens; e vi. apoiar as meninas casadas, entender qual é o nível de acesso que elas têm à serviços de saúde, de educação e jurídicos, bem como apoiar as meninas divorciadas e viúvas. (UNICEF, 2016).

4 RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir de uma análise sistemática dos esforços para desencorajar o casamento infantil, a UNFPA (2012) identificou cinco abordagens de combate à prática as quais, segundo as evidências empíricas, estão apresentando resultados significativos: i. empoderar as meninas através do desenvolvimento de suas habilidades e aumentar suas redes de apoio; ii. melhorar o acesso à educação formal e de qualidade; iii. mobilizar as comunidades para modificar as normas culturais prejudiciais às meninas; iv. melhorar a situação econômica das meninas e de suas famílias; e v. promover ambientes legais e políticos favoráveis.

Essas abordagens que, de fato, estão gerando impacto na redução do casamento infantil, merecem atenção internacional e sugerem direções para investimentos e uma agenda para mudanças em outros países. Com base na contribuição da UNFPA (2012), destacam-se quatro programas que tiveram efetividade no cenário internacional e que utilizam as abordagens apresentadas, esses programas possuem características que podem ser adaptadas e servirem como recomendações para as políticas públicas.

– ETIÓPIA: MUDANÇAS EM NORMAS SOCIAIS E ATRASO DO CASAMENTO PARA AS MENINAS

Na região de Amhara, na Etiópia, a taxa de casamento infantil está entre as mais elevadas do mundo: cerca de 56% das meninas se casam antes dos 18 anos e uma em cada quatro dá à luz antes dos 18 anos. O programa Berhane Hewan⁶ incorpora os elementos de ação abordados anteriormente, promovendo: i. escolaridade e alfabetização funcional; ii. habilidades sociais; iii. informações sobre saúde sexual e reprodutiva e; iv. serviços gerais para meninas. Dentro desse programa, existem os *Girls' Clubs*, que servem como plataforma onde as meninas casadas e solteiras encontraram apoio social, têm acesso a mentores e aprendem novas habilidades. Ao mesmo tempo, o programa alerta as comunidades para os

⁶ O Berhane Hewan possui outros parceiros como: o Ministério da Juventude e Esportes de Amhara; o *Amhara Regional Bureau of Women, Children and Youth*; the *Population Council*; UNFPA; *Nike Foundation*; *UN Foundation* e; USAID.

riscos associados ao casamento infantil e promove alternativas à prática. As "conversas" comunitárias ajudam a mudar as normas sociais que sancionam o casamento infantil, enquanto os incentivos econômicos abordam as questões financeiras relacionadas à prática, as famílias são encorajadas a manterem suas filhas na escola, com o fornecimento de material escolar e uniforme. O programa também trabalha em conjunto com a Igreja Ortodoxa da Etiópia, desencorajando os padres a conduzirem ou abençoarem casamentos envolvendo crianças.

Três anos após a iniciativa ser implementada, em 2004, uma avaliação constatou que as meninas atingidas pelo programa eram quase três vezes mais propensas a frequentarem a escola do que as não participantes do programa e tinham 90% menos chances de se casarem antes dos 18 anos. Além disso, as meninas já casadas na área do programa, eram quase três vezes mais propensas a terem utilizado o planejamento familiar do que as meninas casadas do grupo controle (MUTHENGI; ERULKER, 2011).

– MALAWI: COMBATER O CASAMENTO INFANTIL NOS NÍVEIS MAIS ALTOS DO GOVERNO

No Malawi, quase metade das mulheres com idades entre 20 e 24 anos se casaram antes dos 18 anos. A UNFPA, em conjunto com o Conselho Nacional da Juventude do Malawi, lançou uma campanha dirigida aos parlamentares, solicitando apoio para acabar com a prática do casamento infantil. A campanha resultou na revogação de uma lei que estabelecia 16 anos como a idade legal para o casamento, e foi assumido um compromisso para resolver inconsistências nas leis relacionadas com a idade mínima para o casamento. A campanha também resultou em um programa em conjunto com as Nações Unidas que apoia governos e parceiros no direcionamento de meninas propensas ao casamento infantil e à gravidez precoce. O programa, liderado pela UNFPA, engloba: i. educação não formal; ii. proteção contra violência; iii. mentores para meninas vulneráveis; e iv. acesso à informações e serviços sobre saúde sexual e reprodutiva e HIV.

A nova Estratégia de Desenvolvimento e Crescimento de Malawi II, que representa o plano nacional do governo para a redução da pobreza, destaca a escolaridade das meninas e trata o atraso do casamento como essencial para o desenvolvimento social.

– NEPAL: AJUDAR AS MENINAS A SE AJUDAREM E A AJUDAREM OUTRAS MENINAS

O Nepal é um dos países mais pobres do mundo. De acordo com a Demographic Health Survey (2011), 41% das mulheres nepalesas com idade entre 20 e 24 anos se casaram antes de completar 18 anos. UNFPA Nepal realizou uma série de esforços para capacitar adolescentes e meninas em todos os 75 distritos do país e para mobilizar suas colegas que estão fora da escola. Centros de recursos foram criados por cooperativas locais de mulheres, nas quais as meninas poderiam interagir com suas colegas e mentores e participar de oficinas de aprendizagem. Ao todo, mais de 5.000 meninas adolescentes em 18 distritos participaram, por dois meses, de um treinamento sobre saúde reprodutiva, focando também em habilidades sociais. Uma forma interessante para as adolescentes aprenderem sobre as mudanças que ocorrem em seus corpos foi aumentar sua autoconfiança e autossuficiência, e também considerar suas opções em relação à educação, trabalho, direitos legais, casamento, nascimento, relações familiares e envolvimento na comunidade.

Muitas meninas iniciaram diálogos com seus pais sobre os riscos associados ao casamento infantil e buscaram apoio de outros membros das suas comunidades. O projeto também aprimorou habilidades de resolução de problemas, decisão e negociação e ajudou as meninas a estabelecerem redes de apoio com seus colegas. Dentro desses treinamentos: "Escolha seu Futuro", as meninas falam contra o casamento infantil e, em vários casos, conseguem convencer os pais a não realizar os chamados "casamentos arranjados". As meninas também organizaram programas para encorajar os pais a manterem suas filhas na escola. Em alguns casos, com a ajuda de outras pessoas, as meninas que participaram do treinamento, anularam os casamentos arranjados para elas e, mais tarde, voltaram para a escola. Outras meninas começaram programas de poupança e crédito se associando à cooperativas de mulheres, onde disseminavam ainda mais os impactos negativos do casamento infantil.

– NÍGER: APROVEITAR A INFLUÊNCIA DOS CHEFES DE ALDEIAS E LÍDERES RELIGIOSOS

Em 2006, três em cada quatro mulheres entre 20 a 24 anos, no Níger, se casaram antes de completarem 18 anos (POPULATION COUNCIL, UNFPA, 2009), sendo sete a média de filhos por mulher. Reconhecendo os fatores socioculturais que aumentam a vulnerabilidade das meninas ao casamento infantil, a UNFPA trabalhou, em conjunto com a Associação de Chefes Tradicionais, para aumentar a conscientização sobre os perigos desta prática, incluindo o risco de morte materna e deficiência. Chefes e líderes religiosos das oito regiões do país identificaram maneiras de se discutir o casamento infantil numa linguagem acessível à comunidade, enfatizando a importância da escolarização das meninas.

Trabalhando com os chefes tradicionais, as Escolas para Maridos (“Ecoles de Maris”) estão introduzindo a prevenção ao casamento infantil em seus currículos para envolver os homens na saúde sexual e reprodutiva e promover mudanças positivas em normas para mulheres e meninas. As escolas operam na região de Zinder, onde 58% das mulheres entre 20 e 24 anos se casaram aos 15 anos (nacional: 36%) (POPULATION COUNCIL, UNFPA, 2009).

REFERÊNCIAS

ABU-GHAIDA, D., KLASSEN, S. The Costs of Missing the Millennium Development Goal on Gender Equity. **World Development**, v. 32, n. 7, p. 1075-1107, may, 2004. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/872151468779427043/pdf/297100PAPER0Costs0of0missing0MDG.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro 2016.

AFRICAN UNION (AU). African common position on the au campaign to end child marriage in Africa. **AU**, Addis Ababa, July, 2015. Disponível em: <http://pages.au.int/sites/default/files/CAP%20on%20Ending%20Child%20Marriage%20-English_0.pdf>. Acesso em: 13 de abril 2016.

AHMED, J., AMIN, S., SAHA, J. Impact of adolescent's skills building programs on child marriage in Bangladesh. **UNFPA**, Bangladesh, 2016. Disponível em: <<https://paa.confex.com/paa/2016/mediafile/ExtendedAbstract/Paper7807/Abstract%20for%20PAA%202016%20Johana.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro 2016.

AMIN, A. Preventing Violence Against Adolescent Girls: What Works? Day of the Girl Child—Empowering Girls: Breaking the Cycle of Violence. **WHO**, June, 2014. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a089a8ed915d3cfd00037c/What_Works_Inception_Report_June_2014_AnnexF_WG23_paper_prevention_interventions.pdf>. Acesso em: 20 de outubro 2016.

BACKIN-YETNA, P., WODON, Q. Gender Labor Income Shares and Human Capital Investment in the Republic of Congo. In: _____. **Gender Disparities in Africa's Labor Markets**. Washington: **World Bank**, 2010, p. 359-379.

BEAMAN, L., DUFLO, E., PANDE, R., TOPALOVA, P. Female Leadership Raises Aspirations and Educational Attainment for Girls: A Policy Experiment in India. **Science**, v. 335, p. 582-586, february, 2012. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/335/6068/582>>. Acesso em: 07 de julho 2016.

BECKER, S., FONSECA-BECKER, F., SCHENCK-YGLESIAS, C. Husbands and Wives Reports of Women's Decision-Making Power in Western Guatemala and Their Effects on Preventive Health Behaviors. **Social Science and Medicine**, June, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/7460769_Husbands'_and_wives'_reports_of_women's_decision-making_power_in_Western_Guatemala_and_their_effects_on_preventive_health_behaviors>. Acesso em: 30 de agosto 2016.

BLUMBERG, R. L., RAKOWSKI, C. A., TINKER I., MONTEON, M. **Engendering Wealth and Well-being: Empowerment for Global Change**. Colorado, Westview Press Inc, 1995.

BOTT, S., MORRISON, A. R., ELLSBERG, M. Preventing and Responding to Gender-Based Violence in Middle and Low-Income Countries: A Global Review and

Analysis. **World Bank**, Washington, 2005.

BOYLE, M. H., Y. RACINE, K. GEORGIADIS, D. SNELLING, S. HONG, W. OMARIBA. The Influence of Economic Development Level, Household Wealth and Maternal Education on Child Health in the Developing World. **Social Science & Medicine**, june, 2006. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16790308>>. Acesso em: 02 de maio 2016.

BUSSOLO, M., R. E. DE HOYOS, Q. WODON. Higher Prices of Export Crops, Intra-household Inequality, and Human Capital Accumulation in Senegal. In: _____. **World Bank and Palgrave Macmillan**, Washington, 2009.

CAMERON, L. A., J. M. DOWLING, C. WORSWICK. Education and Labor Market Participation of Women in Asia: Evidence from Five Countries. **Economic Development and Cultural Change**, The University of Chicago Press, Chicago, 2001.

CAMPBELL, J. C. Health Consequences of Intimate Partner Violence. **The Lancet**, v. 359, p. 1331-1336, april, 2002. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673602083368>>. Acesso em: 18 de maio 2016.

CARBONE-LOPEZ, K., C. KRUTTSCHNITT, R. MACMILLAN. Patterns of Intimate Partner Violence and Their Associations with Physical Health, Psychological Distress, and Substance Use. **Public Health Reports**, v. 121, july, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20056979?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 14 de setembro 2016.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Costs of Intimate Partner Violence Against Women in the United States. **Department of Health and Human Services**, Atlanta, Georgia, march, 2003. Disponível em: <<http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipvbook-a.pdf>>. Acesso em: 20 de abril 2016.

CHAABAN, J., CUNNINGHAM, W. Measuring the Economic Gain of Investing in Girls: The Girl Effect Dividend. **World Bank**, Policy Research Working Paper, Washington, 2011. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/730721468326167343/pdf/WPS5753.pdf>>. Acesso em: 12 de junho 2016.

CHATTOPADHYAY, R., E. DUFLO. Women as Policy Makers: Evidence from an India-wide Randomized Policy Experiment. **NBER WORKING PAPER SERIES**, v. 72, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 2003.

CHAUDHURI, R. E. Unrecognised Sexual Abuse and Exploitation of Children in Child, Early and Forced Marriage. **ECPAT INTERNACIONAL**, Bangkok, 2015. Disponível em: <http://www.ecpat.org/wp-content/uploads/legacy/Child%20Marriage_ENG.pdf>. Acesso em: 11 de março 2016.

CLARK, S., J. BRUCE, A. DUDE. Protecting Young Women from HIV/AIDS: The Case Against Child and Adolescent Marriage. **International Family Planning Perspectives**, jun, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4147596?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 de setembro 2016.

DUFLO, E. Women's Empowerment and Economic Development. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, 2011. Disponível em: <<http://economics.mit.edu/files/7417>>. Acesso em: 09 de maio 2016.

DUVVURY, N., A. CALLAN, P. CARNEY, AND S. RAGHAVENDRA. . Intimate Partner Violence: Economic Costs and Implications for Growth and Development. **World Bank**, Washington, DC, 2013. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Gender/Duvvury%20et%20al.%202013%20Intimate%20Partner%20Violence.%20Economic%20costs%20and%20implications%20for%20growth%20and%20development%20VAP%20No.3%20Nov%202013.pdf>>. Acesso em: 04 de março 2016.

ELBORGH-WOYTEK, K., NEWIAK, M., KOCHHAR, K., FABRIZIO, S., KPODAR, K., WINGENDER, P., CLEMENTS, B., SCHWARTZ, G. Women, Work, and the Economy: Macroeconomic Gains from Gender Equity. **International Monetary Fund**, Washington, DC, 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2013/sdn1310.pdf>>. Acesso em: 14 de abril 2016.

ESWARAN, M. Chapter 10 -Fertility in Developing Countries. In: _____. **Why Gender Matters in Economics**. Princeton University Press, 2006.

FIELD, E., AMBRUS, A. Early Marriage, Age of Menarche, and Female Schooling Attainment in Bangladesh. **Journal of Political Economy**, p. 881–930, december, 2008. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3200264/ambrus_earlymarriage.pdf?sequence=2>. Acesso em: 02 de junho 2016.

GIRLS NOT BRIDES. 2016. It Takes A Movement: Reflecting On Five Years Of Progress Towards Ending Child Marriage. **Girls Not Brides**, London, 2016. Disponível em: <<http://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2016/09/ItTakesAMovement-social-media-toolkit.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro 2016.

GIRLS NOT BRIDES. **What Is the Impact?**. Disponível em: <http://www.girlsnotbrides.org/what-is-the-impact/>. Acesso em: 13 de maio 2016.

GLINSKI, M. A., SEXTON, M., MEYERS, L. The Child, Early, and Forced Marriage Resource Guide Task Order, Banyan Global. **USAID**, Washington, DC, 2015. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/USAID_CEFM_Resource-Guide.PDF>. Acesso em: 07 de julho 2016.

GROWN, C., GUPTA, G. R., KES, A. Taking Action: Achieving Gender Equality and

Empowering Women. **United Nations Development Programme**, New York, 2005. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/poverty-reduction/poverty-website/taking-action-achieving-gender-equality-and-empowering-women/Taking%20Action-%20Achieving%20Gender%20Equality%20and%20Empowering%20Women.pdf>>. Acesso em: 31 de agosto 2016.

HADDAD, L., HODDINOTT, J., ALDERMAN, H. Intrahousehold Resource Allocation in Developing Countries: Models, Methods, and Policy. **The Johns Hopkins University Press**, Baltimore and London, 1997. Disponível em: <<https://www.pep-net.org/sites/pep-net.org/files/typo3doc/pdf/intrahhres1.pdf>>. Acesso em: 17 de março 2016.

HODDINOTT, J., HADDAD, L. Does Female Income Share Influence Household Expenditures? Evidence from Cote d'Ivoire. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 57, p. 77–96, february, 1995. Disponível em: <<http://krishikosh.egranth.ac.in/bitstream/1/2055724/1/MPKV-2188.pdf>>. Acesso em: 19 de abril 2016.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE. Household Decisions, Gender, and Development: A Synthesis of Recent Research. **International Food Policy Research Institute**, Washington, DC, 2003. Disponível em: <<http://www.focusintl.com/GD006Household%20Decisions,%20Gender,%20and%20Development%20-%20IFPRI.pdf>>. Acesso em: 13 de setembro 2016.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Report of the Director - General: A New Era of Social Justice. International Labour Conference. **IOI**, Geneva, 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_155656.pdf>. Acesso em: 13 de abril 2016.

INTERNATIONAL CENTER FOR RESEARCH ON WOMEN (ICRW), “Education and Child Marriage”, <http://www.icrw.org/child-marriage-facts-and-figuresMarriage-Fact-Sheet-Poverty.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2016.

JAIN, S., KURZ, K. New Insights on Preventing Child Marriage: A Global Analysis of Factors and Programs. **ICRW**, Washington, DC, 2007. Disponível em: <<https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2016/10/New-Insights-on-Preventing-Child-Marriage.pdf>>. Acesso em: 14 de maio 2016.

KANESATHASAN, A., CARDINAL, L. J., PEARSON, E., DAS GUPTA, S., MUKHERJEE, S., MALHOTRA, A. Catalyzing Change: Improving Youth Sexual and Reproductive Health Through DISHA, An Integrated Program in India. **International Center for Research on Women**, Washington, DC, 2008. Disponível em: <<https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2016/10/Catalyzing-Change-Improving-Youth-Sexual-and-Reproductive-Health-Through-disha-an-Integrated-Program-in-India-DISHA-Report.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto 2016.

KATHMANDU, NEPAL: MINISTRY OF HEALTH AND POPULATION, NEW ERA, ICF INTERNATIONAL. Demographic and Health Survey 2011. **USAID**, Maryland,

2011. Disponível em: <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/fr257/fr257%5B13april2012%5D.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro 2016.

KAYE, D. K., MIREMBE, F., JOHANSSON, A., EKSTROM, A. M., KYOMUHENDO, G. B. Implications of Bride Price on Domestic Violence and Reproductive Health in Wakiso District, Uganda. **African Health Sciences**, v. 5, p. 300–303, 2007. Disponível em: <<http://www.bioline.org.br/pdf?hs05052>>. Acesso em: 29 de abril 2016.

KHANNA, T., VERMA, R., WEISS, E. Child Marriage in South Asia: Realities, Responses and the Way Forward. **UNFPA Asia Pacific Regional Office**, Bangkok, 2013. Disponível em: <http://www.icrw.org/sites/default/files/publications/Child_marriage_paper%20in%20South%20Asia.2013.pdf>. Acesso em: 21 de abril 2016.

KISHOR, S., JOHNSON, K. Profiling Domestic Violence: A Multi-Country Study. **ORC Macro**, Calverton, 2004. Disponível em: <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/od31/od31.pdf>>. Acesso em: 30 de maio 2016.
 KLASSEN, S., PIETERS, J. Push or Pull? Drivers of Female Labor Force Participation during India's Economic Boom. **IZA discussion paper**, february, 2012. Disponível em: <<http://www.flexworkresearch.org/uploads/publication/document/4638/dp6395.pdf>>. Acesso em: 02 de julho 2016.

KLUGMAN, J., HANMER, L., TWIGG, S., HASAN, T., MCCLEARY-SILLS, J. Voice and Agency: Empowering Women and Girls for Shared Prosperity. **World Bank**, Washington, DC, 2014. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Gender/Voice_and_a_gency_LOWRES.pdf>. Acesso em: 16 de agosto 2016.

KOBLINSKY, M., CHOWDHURY, M. E., MORAN, A., RONSMANS, C. Maternal Morbidity and Disability and their Consequences: Neglected Agenda in Maternal Health. **Journal of Health, Population, and Nutrition**, v. 30, p. 124–130, 2012. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3397324/>>. Acesso em: 30 de agosto 2016.

LAMB, S., PETERSON, Z. D. Adolescent Girls Sexual Empowerment: Two Feminists Explore the Concept. **Sex Roles**, v. 66, p. 703–712, Springer, 2012. Disponível em: <<http://rd.springer.com/article/10.1007/s11199-011-9995-3>>. Acesso em: 14 de abril 2016.

LE STRAT, Y., DUBERTRET, C., LE FOLL, B. Child Marriage in the United States and Its Association With Mental Health in Women. *Pediatrics*, v. 128, p. 524–530, paris, 2011. Disponível em: <<http://pediatrics.aappublications.org/content/pediatrics/128/3/524.full.pdf>>. Acesso em: 11 de abril 2016.

LLOYD, C. B. Growing Up Global: The Changing Transitions to Adulthood in Developing Countries. **The National Academies Press**, Washington, DC, 2005. Disponível em: <<http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/GUGBrief.pdf>>. Acesso em: 11 de abril 2016.

em: 14 de março 2016.

MALHOTRA, A., WARNER, A., MCGONAGLE, A., LEE-RIFE, S. Solutions to End Child Marriage What the Evidence Shows. **International Center for Research on Women**, Washington, DC, 2011. Disponível em: <<https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2016/10/Solutions-to-End-Child-Marriage.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2016.

MAMMEN, K., PAXSON, C. Women's Work and Economic Development. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, p. 141– 164, 2000. Disponível em: <<http://www2.econ.iastate.edu/classes/econ321/orazem/mammon-development.pdf>>. Acesso em: 02 de outubro 2016.

MORRISON, A., ORLANDO, M. B. The Costs and Impacts of Gender-based Violence in Developing Countries: Methodological Considerations and New Evidence. **World Bank**, Washington, DC, 2004. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTGENDER/Resources/costsandimpactsofgbv.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2016.

MUTHENGI, E., ERULKER, A. Delaying early marriage among disadvantaged rural girls in Amhara, Ethiopia, through social support, education, and community awareness. **Population Council**, New York, 2011. Disponível em: <http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/TABriefs/20_BerhaneHewan.pdf> Acesso em: 18 de outubro 2016.

NGUYEN, M. C., WODON, Q. Impact of Early Marriage on Literacy and Education Attainment in Africa. **World Bank**, Washington, DC, september 2014. Disponível em: <<http://allinschool.org/wp-content/uploads/2015/02/OOSC-2014-QW-Child-Marriage-final.pdf>>. Acesso em: 21 de maio 2016.

NOUR, N. W. Child Marriage: A Silent Health and Human Rights Issue. **Review of Obstetric Gynecology**, v. 2, p. 51–56, 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2672998/#__ffn_sectitle>. Acesso em: 21 de fevereiro 2016.

PARSONS, J., EDMEADES, J., KES, A., PETRONI, S., SEXTON, M., WODON, Q. Economic Impacts of Child Marriage: A Review of the Literature. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 13, p. 12-22, october, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/15570274.2015.1075757?needAccess=true>>. Acesso em: 02 de agosto 2016.

PARSONS, J., MCCLEARY-SILLS, J. Preventing Child Marriage: Lessons from World Bank Group Gender Impact Evaluations. **The World Bank**, Washington, DC, 2014. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Gender/enGENDER%20IMPACT%20-%20Research%20Brief%20Early%20Marriage%2008.07.pdf>>. Acesso em: 19 de junho 2016.

PFEIFFER, J., GLOYD, S., LI, L. R. Intrahousehold Resource Allocation and Child Growth in Mozambique: An Ethnographic Case- Control Study. **Social Science and**

Medicine, v. 53, p. 83–97, july, 2001. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11380163>>. Acesso em: 31 de julho 2016.

PLAN UK. Breaking Vows: Early and Forced Marriage and Girls' Education. **Plan UK**, London, june, 2011. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full_Report_1483.pdf>. Acesso em: 23 de maio 2016.

POPULATION COUNCIL, UNFPA. The Adolescent Experience In-depth: Using data to identify and reach the most vulnerable young people. DHS Country Reports from Niger (DHS 2006). **Population Council**, New York, 2009. Disponível em: <http://www.popcouncil.org/uploads/pdfs/PGY_AdolDataGuides/Niger2006.pdf>. Acesso em: 14 de agosto 2016.

PRATA, N., PASSANO, P., SREENIVAS, A., GERDTS, C. E. Maternal Mortality in Developing Countries: Challenges in Scaling-up Priority Interventions. **Women's Health**, v. 6, p. 311–327, march, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20187734>>. Acesso em: 02 de agosto 2016.

RAMASWAMI, R., MACKIEWICZ, A. Scaling Up: Why Women-Owned Businesses Can Recharge the Global Economy. **Ernst and Young**, New York, 2009. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Scaling_up_-_Why_women-owned_businesses_can_recharge_the_global_economy_-_new/\\$FILE/Scaling_up_why_women_owned_businesses_can_recharge_the_global_economy.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Scaling_up_-_Why_women-owned_businesses_can_recharge_the_global_economy_-_new/$FILE/Scaling_up_why_women_owned_businesses_can_recharge_the_global_economy.pdf)>. Acesso em: 15 de abril 2016.

RICE, D. P., MACKENZIE, E. J., JONES, A. S., KAUFMAN, S. R., DELISSOVOY, G. V., MAX, W. Cost of Injury in the United States: A Report to Congress. **JAMA**, v. 262, p. 2803–2804, november, 1989. Disponível em: <<http://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/379530>>. Acesso em: 06 de junho 2016.

SANTHYA, K. G., HABERLAND, N., SINGH, A. J. She Knew Only When the Garland was Put Around her Neck: Findings from an Exploratory Study on Early Marriage in Rajasthan. **Population Council**, New Delhi, 2006. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=0EDE9658FB81A1B32F6337826852EAE3?doi=10.1.1.175.8489&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 03 de março 2016.

SEMBA, R. D., DE PEE, S., SUN, K., SARI, M., AKHTER, N., BLOEM, M. W. Effect of Parental Formal Education on Risk of Child Stunting in Indonesia and Bangladesh: A Cross-sectional Study. **The Lancet**, v. 371, p. 322–328, 2008. Disponível em: <[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(08\)60169-5/abstract](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(08)60169-5/abstract)>. Acesso em: 12 de setembro 2016.

SMITH, L., HADDAD, L. Reducing Child Undernutrition: Past Drivers and Priorities for the Post-MDG Era. **World Development**, p. 180–204, march, 2015. Disponível em: <http://www.transformnutrition.org/wp-content/uploads/sites/3/2015/04/TN_ResearchBrief5_Reducing_Online.pdf>. Acesso em: 25 de agosto 2016.

SNOW-JONES, A., DIENEMANN, J., SCHOLLENBERGER, J., KUB, J., O'CAMPO, P., GIELEN, A. C., CAMPBELL, J.C. Long-term Costs of Intimate Partner Violence in a Sample of Female HMO Enrollees. **Women's Health Issues**, v. 16, p. 252–261, september, 2006. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17055378>>. Acesso em: 15 de abril 2016.

SOLOTAROFF, J. L., PANDE, R. P. Violence Against Women and Girls: Lessons from South Asia. **World Bank**, Washington, DC, 2014. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20153>>. Acesso em: 21 de março 2016.

THE WORLD BANK. World Development Report 2012: Gender Equality and Development. **World Bank**, Washington, DC, 2012. Disponível em: <<https://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936222006/Complete-Report.pdf>>. Acesso em: 21 de fevereiro 2016.

UNITED NATIONS (UN). The Universal Declaration of Human Rights. **UN**, New York, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/udhr/>>. Acesso em: 02 de junho 2016.

UNITED NATIONS (UN). The Beijing Platform for Action. Report of the Fourth World Conference on Women. **UN**, Beijin, September, 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf>>. Acesso em: 02 de julho 2016.

UNITED NATIONS (UN). The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW). **UN**, New York, 1979. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>. Acesso em: 27 de setembro 2016.

UNITED NATIONS (UN). The Millennium Development Goals Report 2015. **UN**, New York, 2015. Disponível em <[http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: 15 de março 2016.

UNITED NATIONS (UN). Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. **UN**, New York, 2015. Disponível em: < http://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/3/2015/08/120815_outcome-document-of-Summit-for-adoption-of-the-post-2015-development-agenda.pdf> Acesso em: 24 de junho 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Youth and Skills: Putting Education to Work. **UNESCO**, Paris, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002180/218003e.pdf>>. Acesso em: 15 de maio 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO), UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS (UIS). Out-of-school adolescents. **UNESCO**, Canada, 2010. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/out%20of%20school%20adol_en.p>

Acesso em: 28 de junho 2016.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Child Protection Resource Pack: How to Plan, Monitor and Evaluate Child Protection Programmes. **UNICEF**, New York, 2015 Disponível em: <<https://www.unicef.org/protection/files/CPR-WEB.pdf>>. Acesso em: 03 de março 2016.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Ending Child Marriage: Progress and Prospects. **UNICEF**, New York, 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/files/Child_Marriage_Report_7_17_LR..pdf>. Acesso em: 28 de setembro 2016.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). South Asia Headline Results-2016 Progress Report. **UNICEF**, Asia, 2016. Disponível em: <<http://www.unicefrosa-progressreport.org/opendefecation.html>>. Acesso em: 22 de fevereiro 2016.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). The Convention of the Rights of the Child. **UNICEF**, New York, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/crc/files/Rights_overview.pdf>. Acesso em: 14 de maio 2016.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). The State of the World's Children: Children with Disabilities. **UNICEF**, New York, 2013. Disponível em: <<https://www.unicef.org/sowc2016/>>. Acesso em: 21 de fevereiro 2016.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA) - UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Global Programme to Accelerate Action to End Child Marriage. **UNFPA-UNICEF**, New York, August, 2016 Disponível em: <https://www.unicef.org/evaluation/files/FINAL_ToR_Evaluability_Assessment_15JUNE16.pdf>. Acesso em: 04 de abril 2016.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). Marrying Too Young: End Child Marriage. **UNFPA**, New York, 2012. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/MarryingTooYoung.pdf>>. Acesso em: 12 de março 2016.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). State of the World Population 2013: Motherhood in Childhood: Facing the Challenge of Adolescent Pregnancy. **UNFPA**, New York, 2013. Disponível em: <<http://kyrgyzstan.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/motherhood-in-childhood-en.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto 2016.

VOGELSTEIN, R. Ending Child Marriage: How Elevating the Status of Girls Advances U.S. Foreign Policy Objectives. **Council on Foreign Relations**, New York, may, 2013. Disponível em: <<http://www.cfr.org/children/ending-child-marriage/p30734>>. Acesso em: 17 de maio 2016.

WACHS, T. D. Mechanisms Linking Parental Education and Stunting. **The Lancet**, v. 371, p. 280–281, january, 2008. Disponível em:

<[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(08\)60144-0/abstract](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(08)60144-0/abstract)>. Acesso em: 02 de maio 2016.

WALKER, J. A., MUKISA, S., HASHIM, Y., ISMAIL, H. Mapping Early Marriage in West Africa. **Ford Foundation**, Nw York, september, 2013. Disponível em: <http://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2013/10/Ford-Foundation-CM-West-Africa-2013_09.pdf>. Acesso em: 21 de setembro 2016.

WODON, Q., NGUYEN, M. C., TSIMPO, C. Child Marriage, Education, and Agency in Uganda. **World Bank**, p. 54-79, Washington, DC, october, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13545701.2015.1102020>>. Acesso em: 21 de fevereiro 2016.

WODON, Q., PETRONI, S., MALE, C., ONAGORUWA, A., SAVADOGO, A., EDMÉADES, J., KES, A., JOHN, N. Economic Impacts of Child Marriage: Preliminary findings from analysis of existing data. **ICRW**, november, 2015. Disponível em: <<http://www.costsofchildmarriage.org/publication/economic-impacts-child-marriage-preliminary-findings-analyses-existing-data>>. Acesso em: 13 de agosto 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Health for the World's Adolescents, A Second Chance in the Second Decade. **WHO**, Geneva, 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112750/1/WHO_FWC_MCA_14.05_eng.pdf>. Acesso em: 17 de maio 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Understanding and Addressing Violence Against Women: Health Consequences. **WHO**, Geneva, 2012. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/77433/1/WHO_RHR_12.35_eng.pdf>. Acesso em: 02 de junho 2016.

XU, K., EVANS, D. B., KAWABATA, K., ZERAMDINI, R., KLAVUS, J., MURRAY, C. J. Household Catastrophic Health Expenditure: A Multicountry Analysis. *The Lancet*, v. 362, p. 111–117, july, 2003. Disponível em: <http://www.who.int/health_financing/documents/lancet-catastrophic_expenditure.pdf>. Acesso em: 21 de setembro 2016.